

2014

INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Imobiliária Construtora Grão Pará, SA

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada, nos termos do nº 3 do artº 8º do Código dos Valores Mobiliários)

- Relatório do Conselho de Administração
- Declaração dos responsáveis sobre conformidade da informação financeira apresentada – Conselho de Administração
- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Declaração dos responsáveis sobre conformidade da informação financeira apresentada – Conselho Fiscal
- Lista dos titulares de participações qualificadas/Anexo (Artigos 447º e 448º do CSC)

Sociedade Aberta
Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 5, Esc. 19 – 1200-273 Lisboa

Capital Social: 12.500.000 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Pessoa Colectiva nº 500.136.971

Nos termos legais e estatutários, vimos, pelo presente, proceder à apresentação da informação individual semestral respeitante ao 1.º Semestre do ano de 2014.

1. INTRODUÇÃO

A política de redução de exposição das empresas do Grupo ao crédito bancário concluída no final do ano de 2012, a redução de custos operacionais e a continuação dos efeitos da crise internacional – ampliados pelas medidas de austeridade adoptadas pelo Governo Português aumento dos preços dos commoditys e crise do sector financeiro (Caso BES/GES) – são os principais factores de influência dos resultados ora apresentados. Se, por um lado, o fim da atividade hoteleira e o mercado imobiliário nacional justificam a quebra nas receitas, em relação ao período homólogo, a verdade é que a liquidação de grande parte do passivo bancário e a redução dos custos operacionais vieram implicar uma positiva e significativa redução de exposição do grupo aos onerosos custos derivados daqueles bem como uma importante redução do passivo global.

2. ACTIVIDADE CORRENTE DA EMPRESA

A) HOTELARIA E RESTAURAÇÃO

No que concerne às unidades de hotelaria e restauração, na esteira do que se tem verificado nos últimos anos, em que a conjuntura económica e social continuava gradual e sistematicamente a ter enormes implicações na quebra dos resultados – por um lado, aumento dos custos, em virtude do aumento do preços dos bens de consumo e serviços (resultado do aumento da carga fiscal e da especulação das energias), e, por outro, menor ocupação ou preços com menores margens, resultado da quebra da capacidade financeira dos consumidores – prosseguiu-se com o processo de redução do grupo ao sector hoteleiro.

Nesse sentido, e conforme já exposto no relatório das contas anuais da Sociedade, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas, realizada em 30 de Maio de 2014, em Fevereiro de 2014 terminou-se com a exploração comercial da unidade Hotel Apartamentos Solférias, com as inevitáveis e imediatas redução de custos que resultam das contas ora apresentadas.

No entanto, manteve-se a exploração do estabelecimento “Restaurante O Boteco”, sito na Paria do Paraíso, Carvoeiro, atendendo aos resultados que aquela unidade apresenta e valorização que se tem verificado da mesma em termos imobiliários e comerciais – localização privilegiada sobre o mar, acesso à praia, excelente equipa que explora a unidade e reconhecida gastronomia.

B) CONSTRUÇÃO

1) Relativamente aos projetos imobiliários do Grupo importa salientar:

1.1. Projeto de Estremoz Hotel Rural – o pedido de alteração ao projecto encontra-se em discussão.

1.2. Projeto Alfandanga – continua sob apreciação pelas entidades competentes;

1.3. Projeto Lote 38 Solférias – projeto para alteração do antigo mini mercado do loteamento Solférias em moradia unifamiliar – foi aprovado projeto e encontra-se para levantamento a licença de obras.

C) CONTENCIOSO

1. Tendo em consideração o Acordo Global assinado com o Estado Português, em 08 de Julho de 1997, – e cujo Acordo de Fecho foi concretizado em 08 de Fevereiro de 2000: por entender o Grupo Grão Pará que os bens entregues em dação em pagamento eram de valor muito superior ao da dívida apurada, intentou o mesmo contra o Estado Português uma acção judicial cuja base do pedido é o Enriquecimento Sem Causa do Estado Português – na qual foi proferida Sentença reconhecendo parte do crédito peticionado. Não se conformando com a decisão proferida, recorreu o Estado Português da mesma para o Tribunal Central Administrativo, encontrando-se, ainda, aguardar decisão.

Lisboa, 25 de Agosto de 2014.

A Administração

Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro

Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro

Sr. Orlando Morazzo

Declaração Emitida nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA, cuja identificação e funções se indicam infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas semestrais, exigidos por Lei ou regulamento, todos relativos ao exercício findo a 30 de Junho de 2014, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;
- b) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro
(Presidente do Conselho de Administração)

Francisco Caetano de Moura Pinheiro
(Administrador)

Orlando Morazzo
(Administrador)

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO 2014

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	30 Junho 2014	30 Junho 2013
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	7	180.758	256.470
Inventários	10	4.946.280	4.942.968
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	44.940.304	46.525.976
Participações financeiras - outros métodos	8	1.863	1.863
Outros activos financeiros	9	5.806	5.806
Outras contas a receber	11	9.528.337	9.991.720
Total do activo não corrente		59.603.349	61.724.804
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	10	6.066	7.507
Clientes	11	51.565	91.241
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	16	18.511	47.863
Outras contas a receber	11	26.453	49.084
Diferimentos	12	291	1.127
Caixa e depósitos bancários	5	1.716	2.751
Total do activo corrente		104.601	199.573
Total do activo		59.707.950	61.924.377
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	12.500.000	12.500.000
Ações (quotas) próprias	13	(1.976)	(1.976)
Prémios de emissão	13	4.888.219	4.888.219
Reservas legais	13	479.122	479.122
Outras reservas	13	3.315.596	3.315.596
Resultados transitados	13	(46.688.494)	(43.518.793)
Ajustamentos em activos financeiros	13	42.169.735	42.084.461
Excedentes de revalorização	13	-	-
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		16.662.202	19.746.629
Total do capital próprio		16.662.607	18.633.447
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	14	1.818.182	-
Outras contas a pagar	15	39.832.070	40.017.166
Total do passivo não corrente		41.650.252	40.017.166
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		81.686	249.602
Adiantamentos de clientes		-	7.357
Estado e outros entes públicos	16	114.801	135.161
Accionistas / sócios		31.708	31.708
Financiamentos obtidos	14	293.848	2.203.829
Outras contas a pagar	15	873.048	646.106
Diferimentos		-	-
Total do passivo corrente		1.395.091	3.273.763
Total do passivo		43.045.343	43.290.930
Total do capital próprio e do passivo		59.707.950	61.924.377

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2014

Lisboa, 25 de Agosto de 2014

Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - N.º 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 de Junho 2014	30 de Junho 2013	2º Trimestre 2014	2º Trimestre 2013
Vendas e serviços prestados	17	186.345	96.425	181.890	79.907
Subsídios à exploração					
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8				
Variação nos inventários da produção	10	(2.146)		(2.146)	
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(7.596)	(20.283)	(7.596)	(18.393)
Fornecimentos e serviços externos	18	(68.291)	(392.266)	(30.348)	(124.005)
Gastos com o pessoal	19	(372.265)	(727.704)	(126.411)	(132.002)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11				
Provisões (aumentos / reduções)					
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)					
Aumentos / reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos	21	360.962	41.117	352.618	20.076
Outros gastos e perdas	22	(30.786)	(26.487)	(22.858)	(6.603)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		66.224	(1.029.198)	345.148	(181.020)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	-	(16.144)	-	(16.144)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		66.224	(1.045.341)	345.148	(197.164)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	23	(65.818)	(67.840)	(51.296)	(61.862)
Resultado antes de impostos		406	(1.113.182)	293.853	(259.025)
Imposto sobre o rendimento do período	6				
Resultado líquido do período		406	(1.113.182)	293.853	(259.025)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período					
Resultado por acção básico					

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 30 de Junho de 2014

Lisboa, 25 de Agosto de 2014

Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - N.º 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE JUNHO 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémio de Em. de Acções	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Act. Financ.	Resultado Líquido do Ex.	Total
Movimentos do 1º Semestre de 2013								
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-39.976.863	42.084.461	-3.541.930	19.746.629
Aplicação do Resultado de 2012					-3.541.930		3.541.930	0
Resultado Líquido							-1.113.182	-1.113.182
Outros								
Realização de excedente de revalorização								
Variações dos excentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações do Capital Próprio								
Saldo em 30 de Junho de 2013	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-43.518.793	42.084.461	-1.113.182	18.633.447
Movimentos do 1º Semestre de 2014								
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-43.518.793	42.169.735	-3.169.701	16.662.202
Aplicação do Resultado de 2013					-3.169.701		3.169.701	0
Resultado Líquido							406	406
Outros								
Realização de excedente de revalorização								
Variações dos excentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações do Capital Próprio								
Saldo em 30 de Junho de 2014	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-46.688.494	42.169.735	406	16.662.607

Lisboa, 25 de Agosto de 2014

O Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - Nº 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	5.338	31.243
Pagamentos a fornecedores	(23.770)	(116.410)
Pagamentos ao pessoal	(15.906)	(442.896)
Caixa gerada pelas operações	(34.337)	(528.062)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos / pagamentos	137.149	(1.485.187)
Fluxos das actividades operacionais [1]	102.812	(2.013.249)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
Fluxos das actividades de investimento [2]	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	2.000.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	2.000.000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(48.205)	(240.175)
Juros e gastos similares	(61.790)	(15.603)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	(109.995)	(255.778)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(109.995)	1.744.222
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(7.183)	(269.027)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.899	271.779
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.716	2.751

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de Junho de 2014

Lisboa, 25 de Agosto de 2014

Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - N.º 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício findo em 30 de Junho de 2014

(montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** é uma sociedade anónima com sede no Edifício Espaço Chiado, sito na Rua da Misericórdia em Lisboa. Constituída por escritura pública de 23 de Novembro de 1960, o seu Capital actual é de 12.500.000 Euros, representado por 2.500.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada.

O seu objecto social, tal como definido nos estatutos, é a construção em geral, quer pública, quer particular, a compra de prédios para revenda e ainda qualquer outra actividade que lhe convenha e que a assembleia-geral delibere.

A actividade da Empresa é fortemente interdependente com a das suas principais associadas, estando centrada nos ramos imobiliário, de construção e de gestão e exploração de unidades hoteleiras.

À data de 30 de Junho de 2014 a empresa apenas explorava o restaurante - esplanada "Boteco" na praia do Paraíso, no Algarve.

A actividade das restantes associadas é muito reduzida detendo no seu património diversas fracções em Lisboa do Centro Comercial Espaço Chiado, um terreno em Vila do Bispo e na Madeira terrenos e alguns empreendimentos turísticos para venda.

A Imobiliária Construtora Grão Pará está cotada na Euronext Lisboa (anterior Bolsa de Valores de Lisboa e Porto) desde 1972.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Agosto de 2014.

De acordo com a legislação comercial em vigor, as contas emitidas são sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade bem como a sua posição e desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Imobiliária Construtora Grão Pará foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos em conformidade com o normativo em vigor.

As demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com o Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho, referem-se à actividade da empresa em termos individuais e não consolidados. A empresa preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), respectivamente.

3.2 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

3.3 Activos fixos tangíveis

Os terrenos e edifícios são apresentados ao justo valor, com base em avaliações periódicas efectuadas por avaliadores externos independentes, menos a depreciação subsequente para os edifícios.

Os aumentos na quantia escriturada de um activo em resultado da reavaliação de terrenos e edifícios são creditados em Excedentes de Revalorização no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo activo são igualmente levadas aos excedentes de revalorização nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gastos do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do activo e a depreciação baseada no custo original desse mesmo activo é transferida de excedentes de revalorização para resultados transitados.

As immobilizações que não sejam terrenos e edifícios são inicialmente registadas ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (reavaliadas de acordo com as disposições legais), líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os custos subsequentes que aumentem a vida útil dos activos são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável que existam benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais a Empresa assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como activos fixos tangíveis. Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, como activo e passivo pelo menor entre o justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos demais activos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, com se segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	20 Anos
Equipamento Básico	3-16 Anos
Equipamento Transporte	4-6 Anos
Equipamento Administrativo	3-16 Anos
Outras Imobilizações Corpóreas	3-16 Anos

Os valores residuais dos activos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Quando o valor líquido contabilístico é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Imparidade de activos fixos tangíveis

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) " ou na rubrica "Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões) ".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Locações

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados nos resultados do exercício a que respeitam.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais (se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Investimentos financeiros

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção (data em que a empresa se compromete a comprar ou vender o activo). Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor sendo os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor incluídos na demonstração dos resultados do período em que surgem.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado. Se não há um mercado activo para um determinado activo financeiro, a empresa estabelece o justo valor usando outras técnicas de avaliação.

Em cada data de balanço é verificado se existe evidência objectiva de imparidade de activos financeiros. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração de resultados.

Investimentos em associadas

Os Investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas do Grupo e empresas associadas, nas quais a empresa exerce influência significativa, estão registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização encontram-se provisionadas.

3.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, terrenos e edifícios detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais não obtém qualquer rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios, e são registados ao custo, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As

beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.6 Inventários

As Mercadorias e as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo relativas às unidades hoteleiras estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

As restantes mercadorias (terrenos), os Produtos acabados e intermédios e os Produtos e trabalhos em curso estão valorizados ao custo de aquisição ou, no caso de projectos, pelos custos directos incorridos pelo Departamento técnico e/ou estimativas de honorários, apuradas em 1995 e 1996, pela aplicação de tabelas de trabalhos de arquitectura e engenharia a cada uma das fases em que esses projectos se encontravam.

Foram efectuados ajustamentos aos montantes de Trabalhos em Curso (obras no Teatro Ginásio) tendo por base o critério de depreciação do activo onde os mesmos foram executadas.

3.7 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

3.8 Instrumentos Financeiros (Activos e Passivos Financeiros)

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Cientes e outras contas a receber correntes

A maioria das vendas e das prestações de serviços é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transacção) e valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data de balanço, sendo nesse caso classificado no passivo não corrente.

3.9 Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remissivas são classificadas no passivo.

Quando a Empresa ou as suas filiais adquire acções da empresa-mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

3.10 Provisões, activos e passivos contingentes

São constituídas provisões sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação presente (legal ou implícita) fruto de um evento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

Estas provisões são revistas à data de balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os exercícios futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.11 Conversão cambial

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de Balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data. As respectivas diferenças de câmbio são reconhecidas como resultados do exercício.

3.12 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor., enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.13 Eventos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

As actividades da Empresa estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco da taxa de juro.

4

4.1 Risco de crédito

A Empresa não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito

4.2 Risco liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de saldos financeiros suficientes, facilidade na obtenção de fundos através de linhas de crédito adequadas. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria procura manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

4.3 Risco da taxa de juro

O risco de taxa de juro da Sociedade resulta de empréstimos a curto e longo prazo. Os empréstimos de taxa variável expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro.

5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	2.270	2.645
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	(554)	107
Aplicações de tesouraria	1.716	2.751
Linhas de crédito de curto prazo (Nota 14)	2.000.000	2.000.000
Descobertos bancários	2.001.716	2.002.751

6. IMPOSTOS

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 25%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros e 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros.

Considera-se não ser aplicável o reconhecimento de Impostos diferidos Passivos na adopção do Método da equivalência Patrimonial

Nos termos do Artº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – IRC a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos últimos quatro exercícios, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, embora se considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais apurados a partir de 2012 são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais durante esse período.

Os prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos 4 anos posteriores.

Continua-se aplicar o prazo de 6 anos para os prejuízos fiscais apurados até 2009.

Adicionalmente, a partir de 1 de Janeiro de 2012, a dedução dos prejuízos fiscais será limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Em 30 de Junho de 2014, os prejuízos fiscais reportáveis, segundo as declarações entregues e outras informações, ascendiam 8.576.545,25 Euros, os quais podem vir a ser sujeitos a correcções por parte das autoridades fiscais e expiram como se segue:

2014	2.923.156,75
2015	3.264.396,82
2017	2.388.991,68

Impostos Diferidos

Por uma questão de prudência não foram contabilizados, no exercício, activos por impostos diferidos dado que os mesmos resultam de prejuízos fiscais e, i) actualmente não é expectável que existam lucros tributáveis disponíveis no futuro que possibilitem a sua recuperação; ii) a reversão dos impostos diferidos passivos registados não se prevê ocorrer no mesmo período fiscal.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2014					Total
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	
Activos						
Saldo inicial	282.647	1.908.474	119.403	1.102.713	245.428	3.658.666
Aquisições						-
Alienações		(1.232.361)	(12.957)	(536.915)	(176.836)	(1.959.069)
Transferências e abates						-
Revalorizações						-
Outras variações						-
Saldo final	282.647	676.113	106.446	565.798	68.593	1.699.596
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	106.149	1.847.168	116.081	1.102.713	244.927	3.417.038
Amortizações do exercício						
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações	(320)	(1.171.310)	(12.957)	(537.278)	(176.334)	(1.898.199)
Transferências e abates						
Outras variações						
Saldo final	105.829	675.858	103.124	565.435	68.593	1.518.839
Activos líquidos	176.818	255	3.323	363	-	180.758

2013

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Activos						
Saldo inicial	282.647	1.908.474	140.566	1.102.713	245.428	3.679.828
Aquisições			4.430			4.430
Alienações						
Transferências e abates						
Revalorizações						-
Outras variações						-
Saldo final	282.647	1.908.474	144.996	1.102.713	245.428	3.684.258
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	97.327	1.826.335	140.566	1.102.713	244.703	3.411.645
Amortizações do exercício	4.411	11.552			181	16.144
Perdas por imparidade do exercício						-
Reversões de perdas por imparidade						-
Alienações						-
Transferências e abates						-
Outras variações						-
Saldo final	101.738	1.837.886	140.566	1.102.713	244.885	3.427.788
Activos líquidos	180.909	70.587	4.430	-	544	256.470

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras", incluindo nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2014

	Método da equiv. patrimonial	Outros métodos			Total
		Justo valor	Custo	Total outros métodos	
Participações financeiras					
Saldo inicial	44.940.304		1.863	1.863	44.942.168
Aquisições				-	-
Alienações				-	-
Transferências				-	-
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial				-	-
Revalorizações de justo valor				-	-
Outras variações				-	-
Saldo final	44.940.304	-	1.863	1.863	44.942.168
Perdas por imparidade					
Saldo inicial				-	-
Perdas por imparidade do exercício				-	-
Reversões de perdas por imparidade				-	-
Alienações				-	-
Transferências				-	-
Outras variações				-	-
Saldo final				-	-
Activos líquidos	44.940.304	-	1.863	1.863	44.942.168

	2013				
	Método da equiv. patrimonial	Outros métodos			
		Justo valor	Custo	Total outros métodos	Total
Participações financeiras					
Saldo inicial	46.525.976		1.863	1.863	46.527.839
Aquisições				-	-
Alienações				-	-
Transferências				-	-
Regularizações - Método da equiv. patrimonial				-	-
Revalorizações de justo valor				-	-
Outras variações				-	-
Saldo final	46.525.976	-	1.863	1.863	46.527.839
Perdas por imparidade					
Saldo inicial				-	-
Perdas por imparidade do exercício				-	-
Reversões de perdas por imparidade				-	-
Alienações				-	-
Transferências				-	-
Outras variações				-	-
Saldo final				-	-
Activos líquidos	46.525.976	-	1.863	1.863	46.527.839

Em 30 de Junho de 2014 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

	Sede	2014		2013	
		% detida	Quantia Escriturada	% detida	Quantia Escriturada
Subsidiárias:					
Autodril - S.G.P.S., SA	Lisboa	99,71%	44.310.076	99,71%	45.732.962
Comportur-Comp.P.U.Turismo,SA	Lisboa	51,60%	627.595	51,60%	790.309
Indumarmore-Ind. Marmores, Lda	Lisboa	90%	2.634	90%	2.706
Somotel - Soc. Portuguesa Motéis, SA	Lisboa	25,03%	-	25,03%	-
Compete, SA (Sem actividade)	Lisboa	89%	-	89%	-
Orplano, Lda (Sem actividade)	Lisboa	34%	-	34%	-
Turidecor, Lda (Sem actividade)	Lisboa	30%	-	30%	-
			44.940.304		46.525.976

Os saldos com empresas do grupo a 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013.

	2014		2013	
	Saldo. Devedores	Saldo. Credores	Saldo. Devedores	Saldo. Credores
Indumarmore, Lda	2.702		3.772	
Autodril - SGPS,S.A.		16.670.874		16.707.685
Compete, S.A.		4.939		5.043
Interhotel, S.A.		13.000.186		13.059.030
Matur, SA		10.125.667		10.207.528
Somotel, S.A.	7.534.243		7.588.983	
Comportur, S.A.	5.673.006		6.203.713	
Orplano, Lda		30.367		37.880
Grão-Pará Agroman, S.A.	7.322.024		7.331.000	
Orbis, Lda		37		
Turidecor, Lda	12.963		22.379	
Perdas por imparidade	-14.857.082		-14.992.446	
	5.687.856	39.832.070	6.157.401	40.017.166
Outras partes relacionadas	3.840.482		3.834.319	

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 a rubrica “Outros activos financeiros” apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Não correntes:		
Títulos da dívida pública	5.806	5.806
	<u>5.806</u>	<u>5.806</u>

10. INVENTÁRIOS

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013, os inventários da empresa eram detalhados conforme se segue:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Não correntes:						
Mercadorias	205.510		205.510	105.510		105.510
Produtos acabados e intermédios	63.833		63.833	65.979		65.979
Produtos e trabalhos em curso	5.355.863	678.926	4.676.937	5.450.405	678.926	4.771.479
	<u>5.625.206</u>	<u>678.926</u>	<u>4.946.280</u>	<u>5.621.894</u>	<u>678.926</u>	<u>4.942.968</u>
Correntes:						
Mercadorias	2.339		2.339	3.984		3.984
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	3.727		3.727	3.523		3.523
	<u>6.066</u>		<u>6.066</u>	<u>7.507</u>		<u>7.507</u>
	<u>5.631.272</u>	<u>678.926</u>	<u>4.952.346</u>	<u>5.629.401</u>	<u>678.926</u>	<u>4.950.475</u>

A rubrica de Mercadorias inclui diversos terrenos e imóveis, situados sobretudo na Madeira e no Algarve, valorizados ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Inclui, igualmente as mercadorias existentes na unidade hoteleira explorada pela Empresa.

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui diversos projectos desenvolvidos pela Imobiliária Construtora Grão-Pará, nomeadamente:

- Os projectos para os terrenos circundantes do Autódromo, no montante de cerca de 3.738.000 euros (pertencentes à Autodril- Sociedade Imobiliária, S.A.), para permitir a viabilidade do próprio autódromo, dada a complementaridade do mesmo com a ocupação das pistas naquele recinto desportivo. Apesar da alienação da participada Autodril SI, a empresa mantém a expectativa que os actuais proprietários dos terrenos circundantes ao Autódromo FPS irão desenvolver o projecto existente e que já viu ser reconhecido o seu carácter estruturante quer pela Câmara Municipal de Cascais, quer pelo Governo.
- Os projectos na Madeira, após a conversão de terrenos turísticos em imobiliários, em virtude da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina, no montante de cerca de 753.000 euros
Os terrenos de propriedade da Matur, continuam a aguardar que o Governo Regional cumpra um Decreto, por si próprio emitido, de Agosto de 2001, que determinava a constituição de uma servidão aeronáutica que abrange, nos termos do anexo 14 da ICAO, os terrenos propriedade da associada Matur.
Desde de Agosto de 2004 que o Governo Regional se encontra em mora face a uma obrigação legal assumida.
Na sequência foi intentada, em 2005, contra o Governo Regional da Madeira e Anam, visando a constituição de servidão Aeronáutica, incidente sobre os 17 hectares de terreno de propriedade da nossa associada Matur – e sem que, em 8 anos, tenha havido, sequer, um despacho saneador – ingressámos em juízo em outubro de 2013 com uma providência cautelar, visando não só reforçar a exigência de constituição da referida Servidão Aeronáutica como também requerer a devida indemnização pelos prejuízos resultantes da mora na sua constituição

Em 31 de Janeiro de 2014 – e 14 anos após ter sido inaugurada a ampliação da pista do Aeroporto do Funchal – foi finalmente constituída a respectiva servidão aeronáutica. Aguardamos, agora, os efeitos práticos do diploma publicado

- Em idêntica situação se encontra o projecto da Comportur, situado em Pena Furada, da autoria de Óscar Niemeyer. Não houve qualquer alteração quanto à possibilidade de associação com grupos internacionais, face ao agravamento da crise internacional, nomeadamente no sector imobiliário.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção reconhecido nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 diz respeito às mercadorias e matérias-primas consumidas nas unidades hoteleiras e é detalhado conforme se segue:

CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS

	2014			
	MP, subsid.			Total
	Mercadorias	consumo	Outros	
Saldo inicial	108.541	3.357		111.898
Compras	101.297	5.976		107.273
Regularizações	18	(18)		-
Saldo final	207.849	3.727		211.576
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	2.008	5.588	-	7.596

	2013			
	MP, subsid.			Total
	Mercadorias	consumo	Outros	
Saldo inicial	110.149	5.813		115.961
Compras	5.611	12.206		17.817
Regularizações	(31)	(448)		(478)
Saldo final	109.494	3.523		113.017
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	6.235	14.048	-	20.283

VARIAÇÃO PRODUÇÃO

	2014				
	Produtos acabados		Produtos trab. curso		Total
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	
Saldo inicial	65.979		5.355.863		5.421.843
Regularizações					-
Saldo final	63.833		5.355.863		5.419.696
Variação dos inventários da produção	2.146	-	-	-	2.146

	2013				
	Produtos acabados		Produtos trab. curso		Total
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	
Saldo inicial	65.797		5.450.405		5.516.203
Regularizações					-
Saldo final	65.797		5.450.405		5.516.203
Variação dos inventários da produção	-	-	-	-	-

Perdas por imparidade

Não se registaram quaisquer alterações nas perdas por imparidade acumuladas de inventários no exercício findo em 30 de Junho de 2013.

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias					-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo					-
Produtos acabados e intermédios					-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					-
Produtos e trabalhos em curso	678.926				678.926
	<u>678.926</u>	-	-	-	<u>678.926</u>

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias					-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo					-
Produtos acabados e intermédios					-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					-
Produtos e trabalhos em curso	678.926				678.926
	<u>678.926</u>	-	-	-	<u>678.926</u>

As perdas por imparidade acumuladas de inventários ascendiam a 678.926 Euros e referem-se aos gastos com projectos de construção de um Hospital em Ponta Delgada, entregue pelo Governo Regional a outra entidade, e aos gastos incorridos com obras no Edifício Espaço Chiado, que não serão recuperáveis.

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não Correntes:						
Outras contas a receber						
Empresas do grupo (Nota 8)	20.544.938	14.857.082	5.687.856	21.149.846	14.992.446	6.157.401
Outras partes relacionadas (Nota 8)	3.840.482		3.840.482	3.834.319		3.834.319
	<u>24.385.419</u>	<u>14.857.082</u>	<u>9.528.337</u>	<u>24.984.166</u>	<u>14.992.446</u>	<u>9.991.720</u>
Correntes:						
Clientes	529.732	478.167	51.565	558.099	466.859	91.241
Outras contas a receber						
Outros devedores diversos	331.496	305.043	26.453	339.144	290.060	49.084

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de clientes e outras contas a receber nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Cientes:					-
Clientes de cobrança duvidosa	478.167				478.167
Outras contas a receber:					-
Outros devedores diversos	305.043				305.043
Empresas do grupo	14.857.082				14.857.082
	<u>15.640.293</u>	-	-	-	<u>15.640.293</u>

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Cientes:					-
Clientes de cobrança duvidosa	466.859				466.859
Outras contas a receber:					-
Outros devedores diversos	290.060				290.060
Empresas do grupo	14.992.446				14.992.446
	<u>15.749.365</u>	-	-	-	<u>15.749.365</u>

12. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 as rubricas do activo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Seguros	-	1.031
Limpeza, higiene e conforto	291	97
	<u>291</u>	<u>1.127</u>

13. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Capitais Próprios foram os seguintes:

	Capital	Acções Próprias	Prémio de Em. de Acções	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Act. Financ.	Resultado Líquido do Ex.	Total
Movimentos do 1º Semestre de 2014								
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-43.518.793	42.169.735	-3.169.701	16.662.202
Aplicação do Resultado de 2013					-3.169.701		3.169.701	0
Resultado Líquido							406	406
Outros								
Realização de excedente de revalorização								
Variações dos excentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações do Capital Próprio								
Saldo em 30 de Junho de 2014	<u>12.500.000</u>	<u>-1.976</u>	<u>4.888.219</u>	<u>3.794.718</u>	<u>-46.688.494</u>	<u>42.169.735</u>	<u>406</u>	<u>16.662.607</u>

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013, o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era representado por 2.500.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido como segue:

	2014			2013		
	Nº acções	%	Valor	Nº acções	%	Valor
D.Fernanda Pires da Silva	674.112	26,96%	3.370.560	674.112	26,96%	3.370.560
Dr. Abel Pinheiro	453.044	18,12%	2.265.220	453.044	18,12%	2.265.220
Santa Filomena - SGPS, Lda	249.373	9,97%	1.246.865	249.373	9,97%	1.246.865
KB Business Corp,	99.000	3,96%	495.000	99.000	3,96%	495.000
Dr. Pedro Pinheiro	2.513	0,10%	12.565	2.513	0,10%	12.565
Autodril - SGPS, SA	440.180	17,61%	2.200.900	440.180	17,61%	2.200.900
Matur - Soc. Emp. Turisticos da Madeira, SA	83.234	3,33%	416.170	83.234	3,33%	416.170
EDEC - Edificações Económicas, SA	150.924	6,04%	754.620	150.924	6,04%	754.620
Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17%	270.795	54.159	2,17%	270.795
Invesmon Limited - Liability Company	219.229	8,77%	1.096.145	219.229	8,77%	1.096.145
Outros	74026	2,96%	370.130	74026	2,96%	370.130
Próprias	206	0,01%	1.030	206	0,01%	1.030
	2.500.000	100%	12.500.000	2.500.000	100%	12.500.000

A esta data a empresa detém 206 acções próprias, não tendo ocorrido qualquer movimento durante o exercício de 2014.

No final de 20 de Junho de 2014, o Balanço da empresa apresentava os montantes de 479.122 Euros e 3.315.596 Euros referentes à Reserva Legal e Reservas Livres, respectivamente.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na Assembleia Geral de 31 de Maio de 2014 foi aprovada a transferência do resultado líquido do exercício de 2013 para resultados transitados.

14. PASSIVOS FINANCEIROS

Os financiamentos obtidos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2014		2013		Vencimento	Tipo de amortização
		Montante utilizado		Montante utilizado			
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
Empréstimos bancários:							
Empréstimo nº 110139.0	B.E.S.	181.818	1.818.182	2.000.000			Semestral
Empréstimo nº 234206889	B.C.P.	112.030	-	203.829	-	02-11-2014	Mensal
		293.848	1.818.182	2.203.829	-		

A parcela classificada como não corrente em 31 de Dezembro de 2013 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2013
	Capital
2015	363.636
2016	363.636
2017	363.636
2018	363.636
2019	363.636
	<u>1.818.182</u>

Hipoteca a favor do Banco Comercial Português

- Financiamento no valor de 895.000 Euros com garantia de 239.799 acções da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., propriedade da Autodril – S.G.P.S.,S.A. Capital em dívida á data – 112.029,54 Euros

Hipoteca a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 2.000.000 Euros com garantia de fracções autónomas do Edifício Espaço Chiado de propriedade das associadas Comportur, SA e G.P.A.,SA.

Este financiamento foi contratado em Janeiro de 2013 por um período de 84 meses, com reembolso de capital semestralmente a iniciar 18 meses após a data efectiva. É remunerado a uma taxa de juro correspondente a Euribor a 6 meses acrescida de spread de 5 percentuais.

Responsabilidades por garantias prestadas

Os Bancos prestaram a pedido da Empresa garantias a várias entidades no valor de 184.600,90 Euros, sendo:

N.º Garantia	Valor	A favor de
B.E.S.		
195 295	15.375,58	Instituto Emprego Formação Profissional
267 524	7.938,81	Tribunal de Trabalho
283 224	40.545,43	Tribunal Tributário 1ª Estância
291 053	68.924,00	Direcção Geral Turismo
302 433	9.400,48	D.G.Impostos – Ser. Finanças de Lagoa
309 525	28.847,73	Câmara Municipal de Lisboa
366.007	13.568,87	Grenke Renting, SA

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 as contas a pagar da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Não Corrente:		
Outras contas a pagar		
Empresas do grupo (Nota 8)	39.832.070	40.017.166
Corrente:		
Outras contas a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	186.467	25.521
Credores por acréscimo de gastos	683.323	614.738
Outros credores diversos	3.258	5.847
	873.048	646.106

Composição detalhada em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 da rubrica “Credores por acréscimo de Gastos”:

	2014	2013
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a pagar	281.058	77.987
Serviços especializados	-	188
Rendas e alugueres	355.363	486.541
Contencioso e notariado	306	306
Juros bancários	46.597	49.716
	683.323	614.738

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	12.341		20.651	
Estimativa de imposto		10.633		9.294
Retenção na Fonte	6.170		6.588	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		1.656		7.582
Imposto sobre o valor acrescentado		1.921	20.623	
Contribuições para a Segurança Social		100.591		118.285
	18.511	114.801	47.863	135.161

Valores em mora

A empresa não liquidou o PEC vencido no exercício a 31 de Março de 2014, no valor de 882 Euros.

À data de 30 de Junho de 2014 estavam em mora ao IGFSS o valor de 98.342 Euros referente a contribuições de Abril a Setembro de 2012 que se encontram a ser pagas no âmbito de acordos prestacionais.

17. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Venda de bens	161.255	-
Prestação de serviços		
Serviços de hotelaria	25.090	96.425
	<u>186.345</u>	<u>96.425</u>

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	17.131	25.683
Publicidade e propaganda	100	600
Vigilância e segurança	-	21.290
Honorários	4.350	18.426
Comissões	-	503
Conservação e reparação	1.104	13.163
Material		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	536	389
Material de escritório	314	2.832
Artigos para oferta	270	500
Outros	1.032	467
Energia e fluidos		
Electricidade	7.607	23.381
Combustíveis	5.276	23.580
Água	822	5.597
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	3.225	4.748
Transporte de pessoal	134	73
Serviços diversos		
Rendas e alugues	2.201	209.429
Comunicação	3.612	11.230
Seguros	3.698	11.351
Contencioso e notariado	5.018	6.753
Despesas de representação	9.311	1.967
Limpeza, higiene e conforto	1.196	4.405
Outros	1.355	5.898
	<u>68.291</u>	<u>392.266</u>

19. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	52.500	54.000
Remunerações do pessoal	56.168	168.498
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos	45.419	45.419
Indemnizações	194.068	403.321
Encargos sobre remunerações	19.814	46.422
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.810	3.072
Gastos de acção social	2.487	6.972
	<u>372.265</u>	<u>727.704</u>

a) Valor relativo ao despedimento colectivo aquando do encerramento Aparthotel Solférias a 31 de Janeiro de 2014.

20. AMORTIZAÇÕES

A rubrica de “Amortizações” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções		4.411
Equipamento básico		11.552
Outros activos fixos tangíveis		181
	<u>-</u>	<u>16.144</u>

21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros Rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	14.111	37.579
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	117.040	1.430
Outros		
Correcções de exercícios anteriores	229.802	1.697
Outros não especificados	9	410
	<u>360.962</u>	<u>41.117</u>

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Impostos	14.407	20.030
Perdas em inventários		136
Outros		
Correcções de exercícios anteriores	15.742	4.255
Quotizações	521	1.021
Multas e penalidades	35	1.020
Outros não especificados	81	26
	<u>30.786</u>	<u>26.487</u>

23. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Juros suportados		
Financiamentos bancários	60.458	61.286
Locações financeiras		
Outros financiamentos	60.458	61.286
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento	5.360	6.554
	<u>65.818</u>	<u>67.840</u>

24. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Lista dos accionistas que na data do encerramento do exercício social sejam titulares de pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital de acordo com o n.º 4 do art.º 448 do Decreto-Lei 262/86, de 2 de Setembro (Código das Sociedades Comerciais):

Fernanda Pires da Silva	674.112 acções
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro	453.044 “
Santa Filomena, S.G.P.S., Lda. (dominada por Dr. Abel Pinheiro)	249.373 “
KB BUSINESS (dominada por Dr. Abel Pinheiro)	99.000 “
Autodril, S.G.P.S., S.A.	440.180 “

Número de acções próprias da Sociedade por ela detidas, de acordo com alínea c) do n.º 2 do art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais:

- A empresa possui 206 acções próprias.

Remunerações do Conselho Fiscal

Nenhum dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade auferiu qualquer remuneração.

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 7.500 Euros e 12.250 Euros, respectivamente.

Remunerações da Administração

No exercício findo a 30 de Junho de 2014 não foi paga nenhuma componente variável de remuneração, nem a título de cessão de mandato. A componente fixa das remunerações auferidas pelos administradores, dos exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e em 30 de Junho de 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro	45.000	45.000
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro	7.500	9.000
	<u>52.500</u>	<u>54.000</u>

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa é subsidiariamente responsável no empréstimo titulado pela Matur, S.A., à Caixa Geral de Depósitos, no montante de 9.975.957,94 Euros a pagar até Fevereiro de 2005. No exercício de 2009 a Caixa Geral de Depósitos instaurou uma acção executiva para cobrança de dívida.

A empresa tem ainda os seguintes processos de Contraordenação:

Direcção Geral de Turismo

Processo nº 153/2000 (CT-51)

- em 23 de Agosto de 2000 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de apresentação do certificado de conformidade das instalações do Hotel Apartamentos Solférias com as regras de segurança, emitido pelos Bombeiros;
- esta falta constitui contraordenação punível com a coima de Esc.: 100.000\$00 a Esc.: 1.000.000.000\$00, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- Em 14 de Setembro de 2000 veio a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. responder, requerendo o pagamento voluntário da coima pelo mínimo e defendendo-se, alegando que se encontrava, ainda, a levar a cabo os trabalhos mandados executar pela Inspeção Regional de Bombeiros do Algarve.

Aguarda decisão.

Direcção Geral de Turismo

Processo nº 276/2000)HT-HÁ-242)

- em 12 de Setembro de 2000 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de apresentação do certificado de conformidade das instalações da Estalagem da Cegonha com as regras de segurança, emitido pelos Bombeiros;
- esta falta constitui contraordenação punível com a coima de Esc.: 100.000\$00 a Esc.: 1.000.000.000\$00, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;

c) foi requerido, em 27 de Outubro de 2000, o pagamento voluntário da coima pelo valor mínimo e informada a Direcção Geral do Turismo que a Estalagem se encontra encerrada.

Aguarda decisão.

Direcção Geral de Turismo

Processo nº 203/2004 (HT-ET-242)

- a) em 5 de Março de 2004 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de apresentação do certificado de conformidade das instalações da Estalagem da Cegonha com as regras de segurança, emitido pelos Bombeiros;
- b) esta falta constitui contraordenação punível com a coima de € 498,80 a € 4.987,91, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- c) Em 26 de Março de 2004 foi apresentada defesa.

Aguarda decisão.

Inspeção Geral das Actividades Económicas

Processo nº 1923/04.3

- a) em 17 de Novembro de 2004 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de certificação do certificado de conformidade das regras de segurança, emitido pelo SNBPC, relativo ao Hotel Atlantis Sintra Estoril;
- b) esta falta constitui contraordenação punível com a coima de Euro: 500 a Euro: 5000, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- c) Em 27 de Dezembro de 2004 veio a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. apresentar a sua defesa;
- d) Em 28.02.2005, foram inquiridas as testemunhas apresentadas pela Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Aguarda decisão.

Lisboa, 25 de Agosto de 2014

O Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade – Nº 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Declaração Emitida nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Fiscal da Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA, cuja identificação e funções se indicam infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- c) O relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas semestrais, exigidos por Lei ou regulamento, todos relativos ao exercício findo a 30 de Junho de 2014, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;
- d) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Sandra Gomes dos Santos Rato
(Presidente)

Maria Felisbela de Sousa Noronha
(Vogal)

Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro
(Vogal)

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares dos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões reportado a 30 de Junho de 2014;

- Dr. Abel Pinheiro, detém directamente 453.044 acções. Indirectamente como representante da Soc. Santa Filomena – S.G.P.S., Lda, detém 249.373 acções e ainda como representante da Soc. KB BUSINESS CORP. detém 99.000 acções, não tendo ocorrido qualquer movimento no 1º semestre.

- Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro não detém acções.

- Sr. Orlando Morazzo não detém acções.

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Cód. VM, reportado a 30 de Junho de 2014:

	Nº Acções	% Capital	% de Votos
- D. Fernanda Pires da Silva	674.112	26,96	34,11*
- Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena, KB Business, D. Fernanda Pires da Silva e EDEC)	801.417	32,06	82,30*
- Dr. Pedro Pinheiro (Edinger Holdings LLC)	2.513	0,10	0,13
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	440.180	17,61	0
- Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	83.234	3,33	0
- EDEC – Edificações Económicas, S.A.	150.924	6,04	7,64*
- Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17	2,74
- INVESMON Limited – Liability Company	219.229	8,77	11,09

* A referida percentagem de direitos de voto deriva da circunstância de a CMVM ter considerado ser de imputar ao Dr. Abel Pinheiro os direitos de voto associados às acções detidas pela Sra. D. Fernanda Pires da Silva e da EDEC na Sociedade. O referido entendimento foi transmitido à Sociedade pelo ofício sob referência 349/EMIT/DMEI/2008/22202, datado de 19.12.2008, tendo a Sociedade oportunamente manifestado a sua não concordância quanto à interpretação realizada pela CMVM.